



CÂMARA DE VILA VELHA-ES

PROCURADOR

Código da Prova

S03 Z
TARDE

 Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

 Duração da prova: **4 horas**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:**

**“A vontade são as escolhas que fazemos para aliar nossas
ações às nossas intenções.” (James C. Hunter)**



ATENÇÃO

Este caderno contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas de resposta – A, B, C, D e E – e uma questão discursiva (peça processual).

**Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas e folhas de respostas.**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, as formas corretas de preenchimento do cartão de respostas e das folhas de respostas, conforme estabelecido nos próprios.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local da prova, não sendo possível nem mesmo a utilização dos sanitários.

Candidato, ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas da Prova Objetiva assinado e as folhas de respostas desidentificadas. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas e as folhas de respostas.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda ao que se pede.

ÉTICA E CIDADANIA: elementos para uma reflexão

A ética é a casa do homem, diziam os primeiros filósofos gregos no século VI a. C.

Ética surge do grego *ethos*, que significa "modo de ser" ou "caráter". Para eles, o *ethos* agia e acolhia os indivíduos-cidadãos, aqueles responsáveis pelos destinos da *polis* (cidade). Nesta permanência, os homens sentiam-se em segurança. Isto significa que, vivendo de acordo com as leis, os cidadãos poderiam tornar a sociedade melhor e também encontrar nela seu cuidado.

O *ethos* reflete a palavra *mos* (*moris*) da língua latina, da qual se origina o termo moral. Ética e moral são, do ponto de vista etimológico, sinônimos. Todavia, hoje podemos assegurar uma diferença entre um e outro, porque a ética se estrutura como uma parte da filosofia que trata da moral ou da moralidade do ser humano. Isto é, a moral se apresenta nos dias de hoje como um objeto da ética.

Desde os gregos, a educação se caracteriza como um elemento fundamental para a constituição da sociabilidade. Dessa forma, a educação iria se estabelecer como um importante instrumento para o desenvolvimento moral da pessoa. Isto porque, na sociedade da *polis*, as virtudes que elucidam a perfeição moral dos responsáveis sociais poderiam ser transmitidas por meio dos ensinamentos. A educação estaria, pois, no suporte da organização do indivíduo bom e do cidadão exemplar.

A formação do cidadão em suas particularidades projeta também a formação do animal político, como dizia Aristóteles. A ética não apenas representa o equipamento fundamental para a instauração de um viver em conjunto, como serve de base à construção do espaço da política. Disso se entende que, para os gregos, ética e política são instâncias indissociáveis, realidades que se adicionam. A necessidade de cada homem respeitar os hábitos e os preceitos da sociedade revela a importância que a ética tem em suas vidas.

Nesta ocasião, observamos que os melhores filósofos gregos elaboraram o conceito conforme o qual nenhuma comunidade humana pode sobreviver sem o mínimo de regras e padrões de conduta, isto é, sem um código de norma. Tal regulamento recebe os ensinamentos que orientam a nossa ação e dizem como devemos nos comportar no mundo e, principalmente, agir em face do outro.

A moral trata, deste modo, da atitude do homem, da relação entre sua vontade e o compromisso de seguir uma diretriz, do que é o bem e de onde vem o mal, do que é certo e errado, da liberdade e da obrigação de cuidar do próximo. As regras morais mostram que nossas ações resultam em repercussões na coletividade, portanto, cada homem deve zelar por suas atitudes.

Como o homem é, ao mesmo tempo, natureza e liberdade, a ética auxiliaria para regular as vontades humanas e controlá-las por meio do uso da razão (*logos*). Ela surge quando o homem supera a sua natureza instintiva e se torna membro de uma coletividade controlada por leis racionais. Apesar disso os processos históricos constataam que tais leis mudam, quer dizer, a realidade moral.

Numa sociedade justa torna-se possível criar um clima de solidariedade e entendimento recíproco entre os indivíduos. Na medida em que a justiça deixa de ser praticada, os indivíduos ficam expostos à violência, à hostilidade e à guerra. A lei é, antes de qualquer coisa, um valor moral, isto é, um valor que diz respeito aos princípios morais. Estes nos ensinam que a justiça é a principal utilidade da vida em sociedade. A equidade não é algo que exclusivamente se pratica nos tribunais, nos juizados, nos fóruns judiciários, mas deve existir no dia a dia de todos nós. Praticar a lei significa favorecer a paz e respeitar as normas morais.

Assim sendo, não se pode supor que um dia alcançaremos o domínio da paz se não lutarmos para minimizar as injustiças sociais efetivas na nossa sociedade. A paz é, pois, peça da justiça. A lei é uma qualidade que deve ser praticada por todo sujeito moral. A ética e a cidadania são o caminho para a vida, indicado pela paz, pelo respeito mútuo, pela independência, pela justiça, pela tolerância, pela valorização do homem.

(meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades)

Questão 1

Dentre as alternativas abaixo, a que apresenta o emprego do sinal indicativo da crase em DESACORDO com a norma padrão da língua é:

- (A) Os juristas referiram-se à testemunhas que tinham prejudicado o processo.
- (B) Permaneceram junto à ré, para evitar que ela fugisse.
- (C) Com a crise pandêmica, os jurados ficaram à distância de dois metros.
- (D) O réu e o promotor comparecerão à corte amanhã.
- (E) O juiz está à procura de provas que possam incriminar o réu.

Questão 2

No segmento “**Como** o homem é, ao mesmo tempo, natureza e liberdade, a ética auxiliaria para regular...”, no 8º parágrafo, o termo em destaque tem o valor semântico de:

- (A) consequência.
- (B) comparação.
- (C) condição.
- (D) tempo.
- (E) causa.

Questão 3

No trecho, no último parágrafo, “...não **se** pode supor que um dia alcançaremos o domínio da paz, **se** não lutarmos para minimizarmos as injustiças sociais...” os termos em destaques pertencem, respectivamente, às seguintes categorias gramaticais:

- (A) palavra expletiva/pronome apassivador.
- (B) palavra de realce/conjunção coordenada.
- (C) pronome apassivador/conjunção subordinada.
- (D) pronome integrante do verbo/pronome reflexivo.
- (E) Índice de indeterminação do sujeito/conjunção subordinada.

Questão 4

Dentre as alternativas abaixo, a que NÃO contempla a mensagem do texto é a:

- (A) Um código de normas é vital para a sobrevivência da sociedade.
- (B) A sociabilidade é constituída, sobretudo, pela educação.
- (C) A principal utilidade da vida em sociedade é a justiça.
- (D) A equidade deve ser prática constante dos cidadãos.
- (E) Para os gregos, ética e política são instâncias que se opõem.

Questão 5

No trecho “...para regular as vontades humanas e controlá-**las**...”, no 8º parágrafo, o termo grifado tem a sua análise morfosintática descrita com acerto, respectivamente, em:

- (A) pronome oblíquo átono/objeto indireto.
- (B) pronome oblíquo átono/objeto direto.
- (C) pronome oblíquo tônico/sujeito.
- (D) pronome pessoal reto/objeto indireto.
- (E) pronome oblíquo tônico/objeto direto.

Questão 6

Dentre os indicadores elencados pelo texto, o que NÃO contempla uma vida ética e cidadã é:

- (A) a justiça.
- (B) a tolerância.
- (C) a independência.
- (D) o exclusivismo.
- (E) o respeito mútuo.

Questão 7

Em “Após o veredito do júri, a palavra **lhe** morreu nos lábios.”, o termo em destaque tem a mesma função sintática que em:

- (A) O advogado agradeceu-**lhe** a iniciativa de interceder pelo acusado.
- (B) Os guardas pegaram-**lhe** o braço para que não prosseguisse
- (C) O contador pagou-**lhe** o trabalho com uma soma bastante alta.
- (D) A testemunha entregou-**lhe** as provas quando foi requisitada.
- (E) A justiça deu-**lhe** nova oportunidade de soerguimento.

Questão 8

Dentre as alternativas abaixo, a que NÃO obedece ao padrão culto da língua quanto à concordância é:

- (A) No auditório lotado, ouvia-se, de longe, manifestações constantes.
- (B) Não ficarão impunes, haja vista as gravações acusadoras.
- (C) Setenta por cento dos presentes votaram na continuidade do projeto.
- (D) Bateram 12 horas no relógio da repartição.
- (E) Não havia inscrições abertas para aquele curso.

Questão 9

No texto, no 9º parágrafo, o período “Na medida em que a justiça deixa de ser praticada, os indivíduos ficam expostos à violência, à hostilidade e à guerra” é:

- (A) simples.
- (B) com oração absoluta.
- (C) composto por subordinação.
- (D) composto por coordenação.
- (E) composto por coordenação e subordinação.

Questão 10

Observe os itens abaixo.

- I – Todo cidadão aspira a uma vida **de paz**.
II – O mundo inteiro anda à procura **de paz**.
III – A sociedade brasileira necessita **de paz**.

A sequência que relaciona, respectivamente, as funções sintáticas dos termos destacados, é:

- (A) Adjunto adverbial, adjunto adnominal, complemento nominal.
(B) Complemento nominal, adjunto adnominal, objeto direto preposicionado.
(C) Complemento nominal, adjunto adnominal, objeto indireto.
(D) Adjunto adnominal, complemento nominal, objeto indireto.
(E) Adjunto adnominal, complemento nominal, objeto direto preposicionado.

Noções de Informática**Questão 11**

Durante a edição de um texto utilizando-se o Ms Word, necessitamos utilizar letras pequenas acima da linha de texto (ex: M^2 , 3^2 , etc...)

Se fizermos isso usando itens da barra de ferramentas, em qual deles encontraremos a alternativa ?

- (A) Exibição.
(B) Lay-out da página.
(C) Correspondências.
(D) Início.
(E) Design.

Questão 12

Considere uma planilha Excel com os seguintes dados nas células: $a_1=10$, $a_2=8$, $a_3=6$, $b_1=4$, $b_2=6$, $b_3=2$.

O valor retornado na célula C1, se ele contiver a fórmula: $=SE(SOMA(A1:A3)>16;SOMA(B1:B3))$ será de:

- (A) 24.
(B) 12.
(C) 18.
(D) 16..
(E) 36

Questão 13

O protocolo usado na rede internet chama-se:

- (A) NETBIOS
(B) TCP/IP
(C) SNA
(D) IPX/SPX
(E) NETTALK

Questão 14

Vírus de computador geralmente hospedam-se em arquivos com a extensão :

- (A) .vir
(B) .jpeg
(C) .xls
(D) .exe
(E) .aws

Questão 15

O Microsoft Windows é classificado como:

- (A) Editor de texto.
- (B) Editor de imagens.
- (C) Navegador.
- (D) Sistema operacional.
- (E) Planilha Eletrônica.

Conhecimento Específicos**Questão 16**

De acordo com a Constituição Federal, é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- (A) a independência nacional.
- (B) a autodeterminação dos povos.
- (C) a defesa da paz.
- (D) a garantia do desenvolvimento nacional.
- (E) a solução pacífica dos conflitos.

Questão 17

Dentro de uma estrutura administrativa, suponha que uma autoridade subalterna pratique determinado ato administrativo em desacordo com a lei, dando ensejo à impetração de um Mandado de Segurança (MS), dirigido ao superior hierárquico daquela autoridade que praticou o ato irregular e que, por sua vez, presta informações no referido MS, corroborando o acerto do ato praticado. No que concerne aos poderes da administração, a citada teoria da encampação está em consonância com o poder:

- (A) hierárquico.
- (B) vinculado.
- (C) de polícia.
- (D) normativo e regulamentar.
- (E) disciplinar.

Questão 18

De acordo com os critérios utilizados, o conceito de Direito Administrativo pode se modificar e, malgrado, não é equivocado dizer que existam vários conceitos de Direito Administrativo a depender do critério utilizado, seja de modo isolado (unitário, unidimensional ou simples) ou conjugado com outro critério (pluridimensional ou composto). Com base nisso, a alternativa que apresenta a relação entre um critério conceitual administrativista e sua definição é a seguinte:

- (A) O critério da Administração Pública entende que o conceito de Direito Administrativo tem por objeto disciplinar o serviço público.
- (B) O critério Legalista compreende o conceito de Direito Administrativo como o conjunto de normas e princípios que regem a Administração Pública.
- (C) O critério do Poder Executivo define que o conceito de Direito Administrativo seja o conjunto de normas que regem as relações jurídicas entre a Administração Pública Federal e os administrados.
- (D) O critério Teleológico preceitua que o conceito de Direito Administrativo seja o conjunto de normas que disciplinam a atuação concreta do Estado para a consecução dos fins públicos.
- (E) O critério Residual apresenta o conceito de Direito Administrativo como o conjunto dos princípios que regulam a atividade jurídica não contenciosa do Estado e a constituição dos órgãos e meios de sua ação em geral.

Questão 19

No estado do Espírito Santo (ES) foi editada a Lei X, de iniciativa parlamentar, que reconheceu a responsabilidade civil do ente federado pelos danos físicos e psicológicos causados às pessoas detidas durante o período do regime militar. Levando em conta a situação mencionada, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei X apresenta vício de inconstitucionalidade formal, pois trata de matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
- (B) A Lei X apresenta vício de inconstitucionalidade material, por tratar de matéria de competência privativa da União Federal.
- (C) A Lei X é constitucional, em razão da responsabilidade civil subjetiva das pessoas jurídicas de direito público.
- (D) A Lei X é constitucional pela natureza da responsabilidade civil do ente federado, bem como por não se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
- (E) A Lei X é constitucional, tendo em vista a responsabilidade civil subjetiva nos casos de omissão das pessoas jurídicas de direito público.

Questão 20

Um motorista da polícia militar estadual, ao avançar de forma imprudente o sinal vermelho do semáforo, colidiu com outro veículo particular causando-lhe danos materiais. Neste caso, é correto afirmar que:

- (A) caberá à parte prejudicada indenizar, porque o dano ocorrido foi proveniente de dolo ou culpa, em homenagem a responsabilidade subjetiva do Estado.
- (B) cogita-se, em face do servidor, a aplicação da teoria da responsabilidade subjetiva, se o militar agiu com dolo ou com culpa.
- (C) o Supremo Tribunal Federal admite que o prejudicado possa acionar, no polo passivo, o militar causador do dano.
- (D) admite-se o cabimento do litisconsórcio simultâneo entre o Estado e o servidor.
- (E) nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública aplica-se o prazo prescricional de 10 (dez) anos previsto no Decreto nº 20.910/1932 (art. 1º), em detrimento do prazo trienal estabelecido no Código Civil em vigor.

Questão 21

O Presidente da República editou Medida Provisória alterando a organização básica dos órgãos da Presidência e dos Ministérios, objetivando pôr em prática o seu plano de governo. Tal espécie normativa não foi apreciada pelo Congresso Nacional no prazo insculpido pela Constituição Federal, ensejando na cessação de sua eficácia. Na mesma sessão legislativa, o Presidente da República reeditou a Medida Provisória, com idêntico conteúdo normativo. A par disso, assinale a alternativa correta.

- (A) É prerrogativa constitucional do Presidente da República a reedição de Medida Provisória na mesma sessão legislativa, ainda que com idêntico conteúdo normativo.
- (B) O Congresso Nacional não poderia deixar de deliberar sobre tal espécie normativa no prazo constitucional, violando a separação funcional de poderes.
- (C) É vedada a reedição de Medida Provisória, na mesma sessão legislativa, que tenha sido rejeitada ou tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- (D) É vedada a reedição de Medida Provisória, na mesma sessão legislativa, apenas nos casos de rejeição expressa pelo Congresso Nacional.
- (E) O Congresso Nacional não poderia deixar de deliberar sobre tal espécie normativa no prazo legal, violando o pacto federativo.

Questão 22

Acerca de determinado instituto do Direito Constitucional, o doutrinador Uadi Lammêgo Bulos afirma ser “[...] o processo informal de mudança da Constituição, por meio do qual são atribuídos novos sentidos, conteúdos até então não ressaltados à letra da *Lex Legum*, quer através da interpretação, em suas diversas modalidades e métodos, quer por intermédio da construção (construction), bem como dos usos e costumes constitucionais” (BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal anotada**. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 23).

O instituto a que se refere o autor é:

- (A) Interpretação Sistemática.
- (B) Mutação Constitucional.
- (C) Interpretação Histórica.
- (D) Emenda Constitucional.
- (E) Interpretação Teleológica.

Questão 23

Carla, conduzindo o seu veículo a caminho da faculdade, foi vítima de sequestro relâmpago por dois meliantes. Estes entraram em contato com Luís Carlos, genitor da sequestrada, e passaram a exigir a importância de R\$ 20.000,00 para sua libertação. Acontece que Luís Carlos não tem essa importância em dinheiro, tendo somente, uma joia de família avaliada em R\$ 80.000,00. José, sabendo que a filha de Luís foi sequestrada, oferece a importância de R\$ 20.000,00 pela joia, permitindo assim o pagamento do preço de resgate. A alternativa correta referente ao vício de consentimento em questão é :

- (A) Erro.
- (B) Estado de perigo.
- (C) Coação.
- (D) Dolo.
- (E) Lesão.

Questão 24

Nos termos do art. 2º, II da Lei 8.987/95, a concessão de serviço público é “a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”. Acerca desta matéria, marque a alternativa correta.

- (A) A concessionária tem o dever de captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço público em razão da prestação ser feita por conta e risco da empresa contratada.
- (B) O contrato de concessão de serviços públicos pode ser celebrado com pessoas jurídicas, mas não com consórcios de empresas.
- (C) A concessionária assume o risco de causar prejuízo aos usuários do serviço ou de má execução da atividade ocasionada pela busca do lucro.
- (D) A lei não autoriza ao poder concedente delegar serviços públicos à Administração Indireta.
- (E) A encampação é a retomada do serviço público pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, com a necessidade de concordância do particular.

Questão 25

Emanuelle celebra um contrato de compra e venda do seu apartamento com Hamilton, tendo sido inserida no referido contrato uma cláusula que confere ao vendedor o direito de reaver o bem que está sendo alienado, dentro de certo prazo, mediante o reembolso de todas as despesas feitas pelo comprador no período de resgate. Acerca disso, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de compra e venda com reserva de domínio, havendo o direito de desfazer a venda dentro do prazo de 05 (cinco) anos.
- (B) Trata-se de compra e venda com reserva de domínio, havendo o direito de desfazer a venda dentro do prazo de 03 (três) anos.
- (C) Trata-se de compra e venda com reserva de domínio, havendo o direito de desfazer a venda dentro do prazo de 02 (dois) anos.
- (D) Trata-se de compra e venda com cláusula de retrovenda, havendo o direito de desfazer a venda dentro do prazo de 05 (cinco) anos.
- (E) Trata-se de compra e venda com cláusula de retrovenda, havendo o direito de desfazer a venda dentro do prazo de 03 (três) anos.

Questão 26

O Jurista José Maria Pinheiro Madeira apresenta o seguinte conceito para um dos princípios básicos da Administração Pública: *Assim, por ser o Estado o guardião da legalidade, ao se deparar com algum vício de legitimidade, seja uma ilegalidade expressa, seja um vício de moralidade, ou até mesmo um equívoco de interpretação da lei, não pode a Administração Pública andar de braços cruzados com a ilegalidade* (MADEIRA José Maria P. Administração Pública – Tomo I – Ed. Freitas Bastos, 12ª ed., 2017).

O fragmento mencionado refere-se ao seguinte princípio da Administração Pública:

- (A) Proporcionalidade.
- (B) Eficiência.
- (C) Motivação.
- (D) Finalidade.
- (E) Autotutela.

Questão 27

De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vila Velha (ES), assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Presidente da Câmara Municipal comunicar, com antecedência de 12 (doze) horas, a convocação de sessões extraordinárias, sob pena de responsabilidade.
- (B) Compete ao Presidente da Câmara Municipal determinar a intervenção no município nos casos admitidos pela Constituição Estadual.
- (C) A eleição dos membros das Comissões Permanentes será feita por maioria qualificada, indicando previamente o nome dos Vereadores, da legenda partidária e das respectivas Comissões a que desejem integrar.
- (D) O membro da Comissão Permanente que faltar a mais de 03 (três) reuniões consecutivas, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, será destituído, na forma prevista no Regimento.
- (E) As Comissões de Representação serão constituídas por Ato do Presidente da Câmara ou a requerimento subscrito, no mínimo, pela maioria simples dos membros da Câmara.

Questão 28

A Constituição do Estado Y prevê a iniciativa popular para deflagrar o processo de emenda à Constituição Estadual. A referida norma foi impugnada por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), argumentando-se suposta violação ao princípio da simetria. Com base na exposição anterior, pode-se afirmar que a norma:

- (A) é constitucional, levando-se em conta a manifestação da soberania popular e a ampliação da competência constante na Constituição Federal.
- (B) é inconstitucional, simplesmente por violar o princípio da simetria.
- (C) é inconstitucional por violar o pacto federativo.
- (D) não poderia ser objeto de ADI, devendo a demanda ser extinta sem a resolução do mérito.
- (E) não poderia ser objeto de ADI, devendo ser objeto de ADPF, admitindo-se a fungibilidade nesse caso.

Questão 29

João, contribuinte de direito, foi notificado pela Fazenda Nacional acerca do lançamento de ofício de determinado tributo, em razão de terem sido apuradas certas inconsistências em sua declaração. Desse modo, administrativamente, João realizou o parcelamento do crédito tributário, satisfazendo a forma e a condição prevista em lei específica. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), o parcelamento do crédito tributário é modalidade de:

- (A) exclusão do crédito.
- (B) isenção.
- (C) suspensão do crédito.
- (D) anistia.
- (E) extinção do crédito.

Questão 30

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Vila Velha (ES):

- (A) compete privativamente ao Prefeito repassar, até o dia 15 (quinze) de cada mês, a dotação mensal respectiva à Câmara Municipal, observados o limite constitucional e a proporção fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) o Poder Legislativo, por maioria qualificada dos votos, aprovará realização de plebiscito, como forma de consulta a respeito da definição de políticas que tenham consequências sobre o meio ambiente.
- (C) as leis complementares serão aprovadas por maioria simples dos membros da Câmara Municipal e receberão numeração sequencial distinta da atribuída às leis ordinárias.
- (D) cabe à Câmara Municipal julgar as contas anuais do Prefeito no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado e, ao interessado, responsável pela prestação de contas (que exerça ou não mandato eletivo), é garantido o direito a prévia e ampla defesa, na forma da lei.
- (E) as Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes próprios das autoridades judiciais para investigação e apuração de fato determinado e em prazo certo.

Questão 31

Carlos Henrique, em razão de diversas dívidas de natureza pessoal, transfere para sua empresa o rol mais significativo de bens matrimoniais, a fim de impedir a satisfação dos referidos débitos. Os credores, tomando conhecimento dessa operação, pretendem ajuizar a demanda de cobrança. Caracterizada a confusão patrimonial, a alternativa correta que apresenta o instituto aplicável à situação hipotética é:

- (A) desconsideração da personalidade jurídica.
- (B) desconsideração da personalidade jurídica inversa.
- (C) chamamento ao processo.
- (D) denúncia da lide.
- (E) nomeação à autoria.

Questão 32

Thiago possui livre acesso à repartição pública por ser servidor público do Município de Vila Velha (ES). Valendo-se da facilidade que lhe proporciona o cargo, procura seu amigo Diogo, particular, e ajusta que este o auxiliará na subtração de determinados aparelhos notebooks. Diogo tem prévio conhecimento de que Thiago é servidor público naquela repartição, e imagina que em razão dessa facilidade não seriam flagrados na subtração dos aparelhos. Acontece que o sistema de vigilância captou o momento da subtração e os agentes foram presos. Acerca da capitulação dos delitos pode-se afirmar que:

- (A) Thiago deverá responder pelo delito de peculato-furto, e Diogo deverá responder pelo delito de furto simples.
- (B) Thiago deverá responder pelo delito de peculato-furto, e Diogo deverá responder pelo delito de furto qualificado.
- (C) Thiago e Diogo deverão responder pelo delito de furto simples.
- (D) Thiago e Diogo deverão responder pelo delito de peculato-furto.
- (E) Thiago e Diogo deverão responder pelo delito de furto qualificado.

Questão 33

Em razão do descumprimento de determinada obrigação principal, a autoridade fazendária efetuou o lançamento do tributo e aplicou a penalidade prevista na Lei X. O valor apurado foi impugnado pelo contribuinte na esfera administrativa e, no decorrer do Processo Administrativo Fiscal (PAF), surgiu a Lei Y, que cominava penalidade menos severa nesses casos. De acordo com o CTN, assinale a alternativa correta:

- (A) Deve ser aplicada a penalidade prevista na Lei X, tendo em vista o princípio do *tempus regit actum*.
- (B) Por se tratar de ato definitivamente julgado, deve ser aplicada a penalidade prevista na Lei X.
- (C) Deve ser aplicada a penalidade prevista na Lei Y, tendo em vista a retroatividade da lei tributária.
- (D) Deve ser aplicada a penalidade prevista na Lei X, tendo em vista a inocorrência do fato gerador.
- (E) Por se tratar de ato definitivamente julgado na esfera administrativa, deve ser aplicada a penalidade prevista na Lei Y.

Questão 34

O *Acordo de Cooperação* é instrumento destinado à formalização das parcerias estabelecidas pela Administração Pública com as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Em relação aos acordos de cooperação, marque a alternativa correta.

- (A) A proposta de parceria é feita pela Administração ou pelo parceiro privado.
- (B) A proposta de parceria é feita exclusivamente pela Administração.
- (C) A proposta de parceria é feita exclusivamente pelo parceiro privado.
- (D) Envolve transferência de recursos financeiros da Administração para o parceiro privado.
- (E) Em regra, exigem o chamamento público: processo seletivo para escolha do parceiro privado.

Questão 35

Acerca da desapropriação, assinale opção certa.

- (A) Quaisquer das espécies de desapropriação será sempre modo de aquisição originário, visto que o título de domínio do expropriante não deriva de um título anterior.
- (B) Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios jamais poderão ser desapropriados pela União, assim como os dos Municípios, pelos Estados.
- (C) As concessionárias de serviço público podem decretar a desapropriação, desde que autorizadas por lei ou por contrato.
- (D) Dois são os requisitos indispensáveis ao deferimento da desapropriação indireta na posse do imóvel: a alegação de urgência e o depósito do valor arbitrado pela autoridade judicial.
- (E) Quando o proprietário do fundo de comércio é o mesmo proprietário do local expropriado, não há dúvidas de que este valor é inconcebível integrar a indenização a ser recebida.

Questão 36

O estado do Espírito Santo (ES) editou lei extinguindo a obrigatoriedade do horário de verão em seu território, aduzindo: *“tendo em vista a importância no campo técnico-científico e no campo socioeconômico, fica extinta, em todo espaço do território do estado do Espírito Santo, a obrigatoriedade do horário de verão.”* Diante da norma, o Procurador Geral da República (PGR), ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) afirmando existir um vício de inconstitucionalidade. Acerca dessa situação hipotética, pode-se afirmar que:

- (A) a lei em comento é constitucional, tendo em vista tratar-se de competência legislativa residual dos Estados-membros.
- (B) a demanda deve ser julgada extinta sem a resolução do mérito, devido à ausência de legitimidade ativa do Procurador Geral da República.
- (C) a lei em comento é constitucional, porque trata de competência legislativa vertical concorrente.
- (D) a lei em comento é inconstitucional, em razão da obrigatoriedade do horário de verão ser matéria de competência privativa da União Federal.
- (E) a demanda deve ser julgada extinta sem a resolução do mérito, pela ausência de interesse de agir.

Questão 37

A Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo (ES) aprovou uma emenda à Constituição Estadual conferindo autonomia financeira e orçamentária à Universidade Estadual do Espírito Santo. Alegou que em razão da autonomia financeira e orçamentária conferida aos entes federados e aos poderes instituídos, as aludidas instituições públicas também seriam contempladas por tal autonomia. Em relação ao cenário apresentado, pode-se afirmar que a referida emenda:

- (A) é constitucional, haja vista que a Constituição Federal assegura apenas autonomia financeira nesses casos.
- (B) é constitucional, tendo em vista a competência residual dos Estados-membros nesses casos.
- (C) é inconstitucional porque a Constituição Federal não assegurou autonomia financeira e orçamentária nesses casos.
- (D) não obedeceu ao devido processo legislativo, resultando em vício de inconstitucionalidade formal.
- (E) é constitucional, visto que a Constituição Federal assegura apenas autonomia orçamentária nesses casos.

Questão 38

Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- (A) a reintegração é uma forma de reingresso do servidor inativo e se consuma com a ocorrência de duas situações funcionais: pelo restabelecimento, por laudo médico, de servidor aposentado por invalidez ou pelo vício de legalidade no ato que concedeu a aposentadoria.
- (B) a estabilidade é a garantia constitucional de permanência no serviço público, outorgada ao servidor estatutário, nomeado em virtude de concurso público, após o decurso de dois anos de efetivo exercício.
- (C) consoante à doutrina e à jurisprudência dominantes, a absolvição por falta/insuficiência de provas não pode impedir a Administração de chegar à conclusão diversa, se lhe bastar a prova produzida no processo administrativo.
- (D) há possibilidade de licença remunerada para concorrer às eleições de quem é portador de contrato temporário, uma vez que a Constituição Federal não se refere apenas aos estatutários ou celetistas, ocupantes de cargos ou empregos de caráter de permanência no serviço público.
- (E) extinto o cargo de provimento efetivo, durante o estágio probatório, o servidor poderá ser exonerado (Súmula do STF nº 22), sendo indispensável assegurar ampla defesa (art. 5º, LV, da CF/88).

Questão 39

A Fazenda Estadual promoveu a cobrança administrativa de determinado contribuinte de direito, aduzindo que o cálculo do montante do débito respeitou os limites fixados na lei. De toda sorte, após o recolhimento do valor apontado como devido, o contribuinte verificou que houve um erro no referido cálculo, pretendo assim, ajuizar a ação de restituição do indébito tributário. De acordo com o CTN, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de pleitear a restituição extingue-se em 05 (cinco) anos contados da constituição do crédito tributário.
- (B) O direito de pleitear a restituição extingue-se em 03 (três) anos contados da constituição do crédito tributário.
- (C) O direito de pleitear a restituição extingue-se em 02 (dois) anos contados da extinção do crédito tributário.
- (D) O direito de pleitear a restituição extingue-se em 05 (cinco) anos contados da exclusão do crédito tributário.
- (E) O direito de pleitear a restituição extingue-se em 05 (cinco) anos contados da extinção do crédito tributário.

Questão 40

De acordo com o Código Tributário do Município de Vila Velha (ES), é correto afirmar que:

- (A) o ato de lançamento é discricionário e facultativo, não havendo responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas em Lei.
- (B) é vedada ao Poder Executivo, mediante as condições e garantias que estipular, a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos e vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.
- (C) a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 03 (três) anos, contados da data de sua constituição definitiva.
- (D) a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 02 (dois) anos, contados da data de sua constituição definitiva.
- (E) compete à Secretaria Municipal de Finanças, pelos seus órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

Discursiva - Peça Processual

A partir da situação abaixo, elabore a medida judicial adequada, manejando os fundamentos jurídicos necessários que embasem tal pretensão, utilizando o mínimo de 60 (sessenta) e o máximo de (120) cento e vinte) Linhas.

Questão 1

Nova Construções S.A., concessionária de serviço público de manutenção de determinada estrada municipal, foi contratada pelo Município de Vila Velha-ES, com o objetivo de realizar investimentos naquela via, especialmente para promover a sua duplicação. No contrato entabulado com o Poder Público Municipal, fixou-se que os investimentos realizados pela concessionária seriam remunerados por meio da tarifa do pedágio e, a respectiva licença foi expedida pelo Prefeito José. No decorrer da execução do processo de duplicação da estrada, Carlos Eduardo, usuário de serviço público, identificou que a obra de duplicação atingiu uma Área de Preservação Permanente-APP, e dessa forma, questionou o Poder Público acerca da referida empreitada. Administrativamente, obteve a seguinte resposta: “A concessionária de serviço público atua nos estritos limites da contratação, que visa à modernização da estrada municipal em benefício da população. A obra questionada é regular, eis que aprovada pelo Município e presente a respectiva licença.” Carlos Eduardo, irrisignado com a aludida resposta administrativa, pretende promover determinada medida judicial com auxílio de um advogado, com vistas a cessar à lesão ao meio ambiente, pois a duplicação da estrada atingiu um número substancial de espécies raras da flora.

- O seu texto deve ser redigido de acordo com o uso das normas do registro formal da Língua Portuguesa.
- As folhas dos textos definitivos (folhas de respostas) da Prova Discursiva (Peça Processual) serão os únicos documentos válidos para a avaliação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado pela Banca Examinadora.